

A Parentalidade no Contexto da Homoafetividade Masculina
Parenting in the Context of Male Homosexuality
La Paternidad en el contexto de la Homosexualidad Masculina

Recebido: 13/07/2019 | Revisado: 05/08/2019 | Aceito: 08/08/2019 | Publicado: 24/08/2019

Paulo Daniel da Silva Rolim

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1081-705X>

Universidade Franciscana, Brasil.

E-mail: paulod185@gmail.com

Janaína Pereira Pretto Carlesso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8488-1906>

Universidade Franciscana, Brasil.

E-mail: janapcarlesso@yahoo.com.br

Resumo

Esse estudo teve como objetivo compreender a homoparentalidade na contemporaneidade. Especificamente os objetivos específicos foram: investigar quais critérios para a adoção os casais homossexuais buscam para a escolha do perfil de crianças na contemporaneidade, compreender como se estabelece a função materna e paterna em casais homossexuais masculinos e analisar a influência no desenvolvimento infantil das novas configurações familiares, especificamente no contexto da homoparentalidade masculina. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica no primeiro semestre de 2019, nas bases de dados eletrônicas: *Scielo*, *Google Acadêmico*, *Pepsic*, *Bireme*, Portal de periódicos da CAPES, livros e repositórios de dissertações e teses das universidades. Na busca dos artigos foram utilizados os seguintes descritores: masculino, adoção, homoparentalidade, psicanálise, infância. Constatou-se que a família contemporânea possui um caráter diverso e não um modelo único, devido principalmente ao declínio da função paterna. A homoparentalidade representa uma nova organização familiar que surgiu recentemente, logo após a despatologização da sexualidade homossexual. Portanto, a adoção representa a principal forma de acesso da parentalidade por casais homossexuais masculinos e o desenvolvimento infantil não é acometido, pois para que aconteça um desenvolvimento saudável é necessário um ambiente suficientemente bom, adaptado a criança.

Palavras-chave: masculino; adoção; psicanálise; infância; homoparentalidade.

Abstract

This study aimed to understand homoparentality in contemporary times. Specifically, the specific objectives were: to investigate the adoption criteria for homosexual couples seeking to choose the profile of children in the contemporary world, to understand how the maternal and paternal role is established in male homosexual couples and to analyze the influence on the child development of the new configurations in the context of male homoparentality. A bibliographic research was carried out in the first semester of 2019, in the electronic databases: Scielo, Google Academic, Pepsic, Bireme, CAPES Journal Portal, books and dissertation repositories and theses of universities. In the search for articles, the following descriptors were used: male, adoption, homoparentality, psychoanalysis, childhood. It was found that the contemporary family has a diverse character and not a single model, mainly due to the decline of the paternal function. Homoparentality represents a new family organization that emerged recently, just after the despatologization of homosexual sexuality. Adoption, therefore, is the main form of parenting access by male homosexual couples, and child development is not affected, for a healthy development requires a sufficiently good environment adapted to the child.

Keywords: male; adoption; psychoanalysis; childhood; homoparentality.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo entender la homoparentalidad en los tiempos contemporáneos. Específicamente, los objetivos específicos fueron: investigar los criterios de adopción para parejas homosexuales que buscan elegir el perfil de los niños en el mundo contemporáneo, comprender cómo se establece el papel materno y paterno en parejas homosexuales masculinas y analizar la influencia en el desarrollo infantil de las nuevas configuraciones. En el contexto de la homoparentalidad masculina. En el primer semestre de 2019 se llevó a cabo una investigación bibliográfica en las bases de datos electrónicas: Scielo, Google Academic, Pepsic, Bireme, el Portal de la revista CAPES, libros y repositorios de tesis y tesis de universidades. En la búsqueda de artículos se utilizaron los siguientes descriptores: masculino, adopción, homoparentalismo, psicoanálisis, niñez. Se encontró que la familia contemporánea tiene un carácter diverso y no un modelo único, principalmente debido a la disminución de la función paterna. La homoparentalidad representa una nueva organización familiar que surgió recientemente, justo después de la despatologización de la sexualidad homosexual. La adopción, por lo tanto, es la principal forma de acceso a la crianza

de los hijos por parejas homosexuales masculinas, y el desarrollo infantil no se ve afectado, ya que un desarrollo saludable requiere un entorno suficientemente bueno y adaptado al niño.

Palabras clave: masculino; adopción; el psicoanálisis; la infancia; homoparentalidad.

Introdução

O presente estudo visa apresentar uma discussão sobre a homoparentalidade no contexto da adoção. A família homoparental é uma das novas configurações familiares que surgiram nas últimas décadas, logo após o reconhecimento da homossexualidade enquanto uma forma de expressão da sexualidade que se deu a partir de maio de 1990, com a retirada da homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças pela OMS. Os casais homoafetivos que desejam ter filhos constituem a família homoparental, que desafia o conceito de universalidade e naturalidade expresso pela família tradicional, formada por pessoas heterossexuais (Zambrano, 2006).

Os casais homossexuais masculinos que desejam constituir uma família com filhos podem apresentar algumas possibilidades no acesso à parentalidade: filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores, a reprodução assistida e a adoção. A adoção é uma das possibilidades de maior prevalência na contemporaneidade, e será objeto de discussão nesse estudo. Ao adotar uma criança os casais homossexuais geralmente são mais flexíveis quanto ao gênero, cor ou deficiência, pois as crianças despertam sentimentos de identificação, que não são comuns em adoções heteroparentais, tendo em vista que as crianças mais novas, brancas e meninas sem deficiência tem preferência nos processos de adoção (Baranoski, 2016).

Nas famílias homoparentais masculinas a função materna e paterna são estabelecidas de acordo com a identificação de cada membro do casal, sendo que a parentalidade é exercida com mais equidade que a família heterossexual. As crianças que são criadas por casais homoafetivos não apresentam prejuízo na compreensão das diferenças sexuais, pois pessoas de outro gênero participam da sua criação (Zambrano, 2006).

A família homoparental baseia-se sobretudo nos vínculos e laços afetivos que são fundamentais para a manutenção e qualidade das relações familiares, pois as crianças adotadas por estes casais não apresentam nenhum vínculo biológico com o seus pais adotivos, o que permite inferir que a qualidade dos vínculos são mais relevantes do que os laços sanguíneos no desenvolvimento das crianças que passaram por situações de abandono e privação e que aguardam por um processo de adoção (Passos, 2005; Zambrano, 2006)

O presente estudo partiu do seguinte questionamento: Quais as características que os casais homoafetivos masculinos buscam na escolha de perfil das crianças para adoção na contemporaneidade? A escolha da homoparentalidade como temática desse artigo surgiu a partir da necessidade de entender a família homoafetiva a partir da perspectiva da adoção bem como também compreender a influência desta configuração familiar no desenvolvimento das crianças adotadas. Sendo assim, essa pesquisa apresenta como justificativa o fato de se reconhecer novas formas de famílias e a importância dos vínculos afetivos na constituição da família homoparental e dessa forma poder contribuir para a Psicologia através do reconhecimento de novas formas de ser família e a consequente constituição da subjetividade que acompanha esta configuração familiar.

O objetivo geral deste trabalho é entender o contexto da homoparentalidade masculina na contemporaneidade e os objetivos específicos são investigar quais critérios para adoção os casais homossexuais masculinos buscam para a escolha do perfil de crianças na contemporaneidade, compreender como se estabelece a função materna e paterna em casais homossexuais masculinos e por fim analisar a influência no desenvolvimento infantil das novas configurações familiares, especificamente no contexto da homoparentalidade masculina.

Metodologia

O tipo de pesquisa realizada neste estudo é bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela que é desenvolvida utilizando-se exclusivamente materiais já publicados como livros, artigos, dissertações e teses, buscando-se realizar uma análise crítica sobre determinado problema. A pesquisa bibliográfica abrange uma quantidade maior de informações que não seria possível de obter em uma pesquisa diretamente.

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é aquela que investiga uma determinada realidade que não se pode reduzir a dados quantificáveis. A pesquisa qualitativa considera os conjuntos de crenças, valores e atitudes e trabalha a partir da determinação dos significados e fenômenos que surgem nas relações.

A coleta de dados foi realizada no período de fevereiro à abril de 2019. Os critérios utilizados para a seleção dos artigos eletrônicos foram em publicações nacionais e internacionais que contemplassem o tema da homoparentalidade, foram utilizados também

livros, teses, dissertações e monografias. A pesquisa dos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scielo, Google Acadêmico, Pepsic, Bireme, Portal de periódicos da CAPES e repositórios de dissertações e teses das universidades. Para realizar a busca dos artigos utilizou-se os seguintes descritores: masculino, adoção, homoparentalidade, psicanálise, infância.

Para a análise dos dados coletados foi utilizada as etapas da análise de conteúdo (Bardin, 2006). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se utiliza de variados instrumentos e procedimentos para a descrição de conteúdos de determinadas mensagens. Ela consiste em 3 etapas: 1) a pré análise 2) exploração do material para a pesquisa 3) tratamento do resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é o processo de organização do material a ser utilizado na análise, de forma sistemática e operacionalizado. A segunda etapa de exploração do material consiste em um processo de descrição analítica utilizando-se como base as hipóteses do estudo e o referencial teórico. A terceira e última etapa é a fase do estudo no qual acontece a condensação e análise crítica e reflexiva sobre os conteúdos coletados, neste momento acontece a interpretação e inferência de resultados da pesquisa.

Resultados e Discussões

Na primeira parte dos resultados será apresentada uma discussão sobre a adoção homoafetiva no Brasil, logo em seguida será feita uma discussão de como se estabelece a função materna e paterna no contexto da homoparentalidade masculina e por fim será discutida a influência no desenvolvimento infantil da família homoparental masculina. No Quadro 1 a seguir são apresentados os principais resultados obtidos para compor o referencial teórico desse artigo através da coleta de dados em livros e artigos referentes à temática estudada.

Quadro 1- Levantamento bibliográfico selecionado para análise

Autores/ Ano	Título	Fonte de Publicação
Freud, S. (1905).	Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade	Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud,

		vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
Cecarelli, P.R. (2002)	Configurações Edípicas da Contemporaneidade: reflexões sobre novas formas de filiação	São Paulo, Pulsional Revista de Psicanálise, 2002.
Zambrano, E. (2006)	Parentalidades 'impensáveis': pais/mães homossexuais, travestis e transexuais	Porto Alegre, Horizontes Antropológicos, 2006.
Passos, M.C (2007)	Funções materna e paterna nas famílias homoparentais	São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
Gato, J & Foutaine, A.M(2011)	Impacto da Orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais.	Portugal, Ex aequo, 2011.
Baranoski, M.C.R (2016).	A adoção em relações homoafetivas [online]	Ponta Grossa, Editora UEPG, 2016.

* Elaborado pelos autores

Pode-se observar através do Quadro 1 que a temática estudada apresenta relevância no meio científico por meio dos estudos apresentados, trazendo assim subsídios teóricos essenciais para a compreensão e entendimento do assunto. Por isso, esses teóricos foram escolhidos devido a relação com a temática estudada.

Considerações sobre a Adoção Homoafetiva no Brasil

As transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade contemporânea, geraram profundas mudanças na forma de pensar, agir e se comportar e a instituição família enquanto uma construção social acompanhou essas transformações. A família enquanto base da sociedade passou a ser vista não apenas como um modelo único e imutável, mas sim como uma instituição formada, sobretudo a partir dos vínculos afetivos com uma menor influência dos vínculos biológicos. Nesse contexto, a família homoafetiva ganhou legitimidade e reconhecimento, assim como direitos a conjugalidade e a parentalidade que são processos garantidos constitucionalmente a família "tradicional", havendo assim uma maior visibilidade e reconhecimento na igualdade de direitos da população Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (Baranoski, 2016; Zambrano, 2006; Machin, 2016).

A homoparentalidade representa garantias para a constituição e formação de novas formas de ser família e a adoção enquanto forma de acesso a parentalidade possibilita às crianças que aguardam por um processo de adoção novas oportunidades de vinculação a uma nova família o que pode contribuir para uma maior redução das rejeições e abusos que estas passaram e ainda passam nas instituições que os abrigam.

Ao recorrer ao projeto parental os casais homoafetivos apresentam quatro principais formas de acesso à parentalidade: a primeira forma dá-se a partir de um relacionamento heterossexual anterior no qual houve filhos, a segunda forma dá-se através da adoção formal ou informal, sendo comum a adoção legal realizada somente por um membro do casal devido ao temor da recusa da adoção pela explicitação da homossexualidade. A adoção legal se estabelece com o reconhecimento de um vínculo de filiação com os direitos e deveres decorrentes desse processo, sendo que com a adoção informal não se estabelece um vínculo legal entre adotante e adotado, somente vínculos afetivos não havendo direitos de filiação. A terceira forma se constitui pela via da inseminação artificial e fertilização medicamente assistida, método com maior utilização por mulheres lésbicas. A quarta forma de acesso à parentalidade acontece através da coparentalidade, no qual ambos os parceiros exercem os cuidados de forma igualitária (Zambrano, 2006).

Segundo Baranoski (2016), a adoção realizada por casais homoafetivos é uma realidade cada vez mais presente na sociedade brasileira, o que contribui para uma maior igualdade de direitos para com a população LGBT, com isso nos processos de adoção a justiça deve levar em consideração as necessidades de crianças e adolescentes e não dos pretendentes à adoção. Em se tratando de uniões homoafetivas o judiciário através de psicólogos e assistentes sociais deve analisar as condições psicossociais do casal e não a orientação sexual dos futuros pais, tendo em vista que a sexualidade não deve constituir impedimento para a efetivação da adoção, pois tanto crianças quanto adolescentes possuem direitos de convivência familiar e a permanência em instituições é um fator que impede a efetividade da cidadania.

Alguns dados relativos a crianças e adolescentes à adoção no Brasil foram divulgados pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), com isso foi possível constatar que existem cerca de 5494 crianças e adolescentes aptos à adoção, sendo que 77,05% destes contam com um ou mais irmãos e apenas 37,90% desses irmãos estão cadastrados no CNA. Cerca de 22,68% dos cadastrados no CNA apresentam algum problema de saúde. Somente 7,66% estão

enquadrados na faixa etária de até 5 anos. Contraditoriamente a esses dados existem aproximadamente 33.303 candidatos habilitados à adoção e destes 78,91% pretendem adotar somente uma criança e 78,46% não aceitam adotar irmãos. Constatou-se ainda que 92,54% desejam adotar crianças entre 0 e 5 anos (Guimarães, 2015).

Com a divulgação desses dados pelo CNA (2015), foi possível constatar que a adoção de crianças mais velhas, chamada de adoção tardia (adoção de crianças a partir dos 2 anos), ainda é alvo de muitos preconceitos por parte dos pretendentes à adoção, pois as pessoas consideram a adoção de crianças mais velhas mais complexa devido a crença de que é difícil educar crianças com mais idade, pois estas exigem maior disponibilidade e compreensão para que aconteça o processo de adaptação ao sistema familiar e o desenvolvimento do afeto parental, crença esta que parece não afetar os casais homoafetivos masculinos pois estes são mais flexíveis quanto a idade do adotante e valorizam a adoção tardia (Dantas & Ferreira, 2015; Machin, 2016).

A maioria dos casais heterossexuais possuem um perfil específico para adoção de crianças, sendo assim a maior parte das crianças que aguardam pela adoção permanecem institucionalizadas, pois não fazem parte do perfil almejado. Tendo em vista o exposto, percebe-se que a adoção homoparental apresenta peculiaridades, pois as crianças que são rejeitadas são as que têm preferência nos processos de adoção o que demonstra uma maior identificação com essas crianças, visto que os homossexuais também passam por preconceitos e rejeições durante a vida assim como essas.

Em pesquisa realizada por Zambrano nos anos de 2004 e 2005, na cidade de Porto Alegre, constatou-se que os casais homoafetivos masculinos quando recorrem ao projeto parental escolhem a adoção como forma privilegiada de acesso a parentalidade, isso acontece devido a inexistência de características corporais necessárias à reprodução biológica que tornam os casais homoafetivos femininos mais autônomos, uma vez que estes casais podem recorrer a reprodução assistida, independentemente da figura masculina. Nesse sentido, os casais homoafetivos masculinos consideram a parentalidade social como mais relevante que os laços biológicos na constituição do sistema familiar, pois o afeto ocupa lugar central na família homoparental (Zambrano, 2006).

Segundo Rosa, Boris, Melo e Santos (2016), os papéis parentais desenvolvidos por casais homoafetivos são exercidos de forma mais igualitária entre o casal conjugal, sendo que essa configuração familiar embora sofra influência do contexto cultural apresenta uma maior

criatividade na construção desses papéis, o que evidencia que esses são exercidos de uma forma mais peculiar nas famílias homoafetivas formadas a partir da adoção. Dessa maneira, na família homoparental, o investimento afetivo se desenvolve de maneira diferenciada, há uma maior flexibilidade, uma vez que nesta configuração familiar as relações não acontecem a partir do modelo de família patriarcal, no qual há uma maior rigidez no desempenho de papéis, que pressupõe lugares fixos (Passos, 2005).

A família patriarcal em que a figura masculina ocupa o lugar central está cada vez mais em crise, o que evidencia que os novos arranjos familiares apresentam uma nova configuração no qual o poder está entre os membros do sistema familiar e não somente na figura masculina. Com isso fica claro o caráter afetivo da família homoparental em que as crianças adotadas representam a figura central do sistema familiar.

Dantas e Ferreira (2015), investigaram a produção de sentidos atribuídos entre pais e filhos adotivos sobre a paternagem e filiação em um estudo no qual participaram dois pais em união homoafetiva e dois filhos que foram adotados tardiamente com idades de 6 e 7 anos. Como resultados a pesquisa indicou que a construção de sentidos sobre a paternidade está relacionada com a renúncia do si mesmo em prol das necessidades da criança adotada, com o comprometimento de sempre falar a verdade para os filhos, mas paternidade também significa assumir o papel de pai dentro do sistema familiar e sempre que necessário assumir o papel de mãe, tendo em vista que ambos os papéis são necessários para o desenvolvimento físico e afetivo dos filhos. Com relação ao sentido atribuído pelas crianças sobre filiação, ser adotivo significa ser escolhido e amado.

A adoção é um processo de grande importância na constituição e na legitimação da família homossexual e os casais homoafetivos masculinos ao recorrerem a adoção apresentam menos exigência com relação ao perfil da criança desejada, pois consideram que as necessidades da criança que já passaram por abandonos, privações e violências devem ser atendidas prioritariamente. Dessa forma, os casais homossexuais masculinos geralmente valorizam a adoção tardia, assim como a adoção de crianças com características étnicas/raciais distintas das suas, não havendo preferências com relação ao sexo e raça, existindo por parte destes casais uma maior abertura pela adoção de crianças que apresentam algum problema de saúde ou necessidades especiais (Machin, 2016).

Nesse sentido, a família homoparental constituída a partir da adoção representa o deslocamento da influência do caráter biológico da família para o caráter afetivo, no qual os

afetos aparecem como central na constituição da família homoafetiva. Com isso, entende-se que a adoção enquanto uma forma de acesso a parentalidade representa um fato social que pode proporcionar uma maior garantia de direitos às crianças que por impossibilidades psicossociais tiveram os seus direitos básicos como acesso à alimentação, moradia e afeto negados diante das condições precárias no qual sua família de origem estava submetida.

A função materna e paterna no contexto homoparental masculino

A maternidade e a paternidade são funções que a sociedade tende a associar ao sexo biológico, sendo a maternidade reduzida ao sexo feminino e a paternidade ao sexo masculino, o que contribui para construção de estereótipos que colaboram para a discriminação e o não reconhecimento de outras formas de ser família. Historicamente, cabe ao homem (pai) transmitir a lei social aos filhos, mantendo um maior distanciamento desses e a mulher (mãe) é responsável pelos cuidados e a transmissão do afeto necessário ao desenvolvimento dos filhos. No entanto, essa divisão de papéis não é comum na família homoparental masculina que é formada a partir da negação das diferenças sexuais, pois ambos os pares podem desempenhar tanto a função materna como paterna (Gato & Foutaine, 2011).

Com o desempenho da função materna por pessoas do sexo masculino evidencia-se que esta não pode ser reduzida ao sexo biológico, mas sim como a forma com que os papéis parentais são desenvolvidos, sendo então necessário uma identificação com a parentalidade feminina, no qual os cuidados representam a maior parte deste papel parental. Sendo assim, este estilo de parentalidade não pode ser assemelhado a família tradicional, pois os membros do casal conjugal não ocupam lugares fixos e determinados socialmente, mas transitam entre os papéis parentais.

Segundo Zambrano (2006), o desenvolvimento das novas configurações familiares nas diversas épocas e sociedades favoreceu o surgimento de parentalidades impensáveis, no qual há uma maior flexibilidade nos papéis parentais, que desafiam a concepção clássica de que a maternidade deve ser desempenhada por uma pessoa do sexo biológico feminino e a paternidade por uma pessoa do sexo biológico masculino. Com isso a parentalidade não deve ser vista como sinônimo de parentesco e filiação, mas sim como um processo que independe dos laços biológicos (consanguíneos) e de gênero.

Gato e Foutaine (2011), realizaram um estudo em Portugal, e constataram que os papéis parentais desempenhados pelos casais homossexuais masculinos são semelhantes aos

casais heteroparentais, entretanto a pesquisa encontrou algumas diferenças no que se relaciona a divisão das tarefas domésticas e no vínculo conjugal, assim como na parentalidade, na qualidade das relações entre pais e filhos e nos processos de adoção. Com relação às tarefas domésticas existe uma diferença considerável dos casais heteroparentais, pois na família homoparental existe uma maior igualdade na divisão das tarefas, nas atividades profissionais como também uma maior equidade no cuidado dos filhos e na parentalidade.

Para Passos (2007), o surgimento da família homoparental favorece aos psicanalistas o debate de uma questão fundamental que está na base da teoria psicanalítica: a diferenciação sexual. Os estudiosos da psicanálise que se contrapõe a homoparentalidade argumentam que a não diferença sexual gera nas crianças que foram adotadas um sentimento de falta de referências ou referências distorcidas que podem influenciar na determinação de “problemas” de ordem sexual. Segundo esses estudos essa falta de referência pode resultar em homossexualidade nas crianças, devido à identificação com uma sexualidade que se desenvolve a partir da não diferença entre os sexos.

Em *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905)*, Freud concebeu a ideia de que em todos os seres humanos existe uma pulsão sexual que impulsiona os sujeitos na busca de um objeto sexual (pessoa), sobre o qual o desejo se orienta e se realizam os investimentos pulsionais. Segundo o autor não existe um único objeto capaz de satisfazer a pulsão, sendo assim os homossexuais apresentam uma escolha objetual invertida, pois a pulsão se orienta para um objeto externo do mesmo gênero que o seu. Dessa forma fica evidente o caráter dinâmico da sexualidade em que a escolha de objeto está intimamente ligada à pulsão e ao desejo.

Contrariamente ao senso comum alguns psicanalistas reconhecem que a função paterna não pode mais ser associada à masculinidade assim como a função materna a feminilidade devido às transformações ocorridas na família contemporânea, no qual há o declínio do pai imaginário e o reconhecimento da paternidade enquanto uma função simbólica que pode ser exercida por qualquer indivíduo desde que haja uma legitimação pela figura materna. Dessa maneira, a função paterna aqui descrita reconhece que o pai é o representante da lei que permite a entrada da criança no simbólico através da castração (Fernandes, 2016).

Segundo Cecarelli (2002), os psicanalistas que criticam a homopaternidade argumentam que a parentalidade exercida por dois indivíduos do mesmo gênero pode gerar na criança adotada prejuízos que contribuem para uma maior dificuldade da entrada da criança

no simbólico e com isso a constituição da sua subjetividade que é atravessada pela lei e interdições da figura paterna, dessa maneira, esses estudos colaboram com a ideia de que a elaboração do complexo de Édipo necessita da presença dos dois sexos para que aconteça a internalização da lei social. No sentido oposto a esses estudos, os psicanalistas que são contrários a esta visão entendem que as funções materna e paterna podem ser exercidas por qualquer indivíduo independente do sexo, pois estas enquanto funções simbólicas independem da anatomia sexual.

Na família homoparental masculina existe uma ‘‘confusão’’ no reconhecimento da função paterna, pois ambos os indivíduos do casal conjugal desempenham ambas as funções, sendo assim nessa configuração familiar tanto um quanto o outro representam a função paterna e materna concomitantemente. Nota-se que na família homoparental masculina contrariamente a família heteroparental a lei é transmitida por ambos os pais, assim como os cuidados e a transmissão do afeto necessário ao desenvolvimento das crianças, sendo assim evidencia-se que a não diferença entre os sexos não constitui impedimento para que aconteça o processo de subjetivação da criança, pois a importância recai sobre o reconhecimento de um terceiro que faça a separação da fusão inicial da criança de seu cuidador (Zambrano, 2006; Gato & Foutaine, 2011).

Cecarelli (2006), relata que a família tradicional patriarcal no qual o homem detinha direitos de trabalhar fora e a mulher devia ficar em casa como ‘‘dona do lar’’, está cada vez mais em declínio devido às transformações sociais que possibilitaram novos arranjos familiares. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho e a ocupação de espaços que antes eram ocupados somente pela figura masculina, a família entrou em um processo de crise identitária, pois a função paterna (homem detentor do falo) está cada vez mais em declínio nas últimas décadas o que corrobora com a ideia de que a família não possui um modelo único e natural, mas que a naturalização da família surge como uma forma de sustentar a ordem social vigente em um determinado contexto social.

A crise na família tradicional contemporânea reflete nas relações de gênero, bem como nos papéis parentais e nas funções materna e paterna que devido a essas transformações sociopolíticas representam uma ameaça a estabilidade social e ao modelo tradicional de família. Com o reconhecimento de outras formas de ser família, a sociedade sentiu-se ameaçada devido à crença de que a família enquanto célula naturalizada e universal estaria passando por um processo de extinção, no entanto essa crise deve ser compreendida no

contexto da família nuclear, pois outras configurações familiares ascenderam socialmente e ganharam legitimidade, sustentando a ideia de que a família possui um caráter plural e diverso.

A influência no desenvolvimento infantil das novas configurações familiares

As crianças que são cuidadas por casais homoafetivos contrariamente à crença de alguns psicanalistas e do senso comum não apresentam prejuízos na compreensão das diferenças sexuais, de gênero e das funções parentais pois os homens tendem a ser vistos como pais e as mulheres como mães. As crianças contam com a presença de figuras femininas em seu cotidiano, que participam de seus cuidados, pois a infância é um período da vida que necessita de cuidados que são mais relacionados ao gênero feminino. Sendo assim, essas crianças contam com a presença de professoras, empregadas, avós, amigas que participam ativamente de seus cuidados e servem de referência de feminino para essas (Zambrano, 2006).

Com a presença tanto do gênero masculino como do gênero feminino nos seus cuidados às crianças reconhecem que existe uma diferença sexual que é constitutiva do ser humano e que seus pais pertencem ao gênero masculino. Com isso depreende-se que as crenças sociais de que o desenvolvimento infantil estaria prejudicado, de que a criança poderia apresentar falhas na constituição psíquica, tornando a psicótica, não há fundamentos que embasem tal apontamento, pois ambos os sexos participam de seus cuidados e servem de modelo para seu desenvolvimento psicológico e social.

Segundo Baranoski (2016), nota-se muitas semelhanças com relação ao desenvolvimento das crianças que são adotadas por casais homoafetivos das criadas por pais heterossexuais. Algumas instituições como a Associação Americana de Psicologia, a Academia Americana de Pediatras, a Associação Psicanalítica Americana e a Associação Americana de Psiquiatras, manifestaram-se favoravelmente à adoção homoafetiva, referindo que estes casais podem fornecer um ambiente facilitador para que aconteça um desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo, social e sexual adequados. Desse modo, salienta-se que as crianças adotadas por casais homoafetivos apresentam a mesma orientação de seus pais na mesma medida que filhos de casais heterossexuais, o que permite inferir que o preconceito é uma realidade social que provoca estereótipos negativos sobre a família homoparental.

A orientação sexual homossexual enquanto uma construção social não pode ser associada a presença ou não de pais homossexuais, o que evidencia que a sexualidade humana é complexa e não pode ser associada a nenhum determinante causal. O que determina a qualidade do desenvolvimento infantil são as características adequadas do ambiente os cuidados, o investimento afetivo que os pais fornecem aos filhos, sendo que a qualidade dos afetos é essencial para o bom desenvolvimento biopsicossocial.

Para que o processo de subjetivação da criança aconteça é necessário que esta seja reconhecida simbolicamente, pela palavra do outro, que é representado pelas figuras paterna e materna, dessa forma reconhece-se que a criança se constitui a partir da imagem do outro, independente da anatomia ou gênero destes. É por meio deste reconhecimento simbólico e da castração que acontece o processo de inscrição do sujeito na função fálica que irá modificar a criança com base no real da anatomia sexual (sexo) em sujeito da linguagem, em homem ou mulher (Cecarelli, 2002).

Com o reconhecimento de um terceiro a criança passa a sofrer de uma angústia de castração e com isso acontece a constituição de sua subjetividade através da transmissão da lei paterna. Somente a partir da elaboração do complexo de Édipo a criança passa a internalizar a lei que será fundamental na constituição de seu superego enquanto uma instância responsável pela regulação moral do sujeito na sociedade. Sendo assim, a falta será essencial para o desenvolvimento do desejo que irá permitir que a criança se constitua enquanto sujeito da linguagem.

A família ideal é uma construção determinada pelo imaginário social, pois o ambiente e as relações entre os membros da família é que vão determinar a qualidade do desenvolvimento infantil e para que aconteça um desenvolvimento saudável é necessário que esta seja reconhecida no desejo dos pais (Cecarelli, 2002). Segundo Winnicott (1971/1975), a criança nasce com uma tendência inata ao amadurecimento tanto físico como psíquico e para isso é necessário que o ambiente forneça a adaptação para que aconteça a maturação dos processos psíquicos e fisiológicos, sendo assim um ambiente suficientemente bom, adaptado a criança, é condição essencial para um bom desenvolvimento infantil.

Considerações Finais

A homoparentalidade enquanto uma nova configuração familiar representa uma possibilidade de família que é constituída sobretudo a partir dos laços afetivos, pois as crianças que são adotadas não possuem vínculos biológicos com os pais. A família contemporânea não pode ser enquadrada no modelo tradicional e patriarcal, pois as diversas configurações familiares existentes atualmente reforçam a ideia de que essa instituição possui um caráter que contraria a concepção de naturalidade desta. Nesse contexto, a adoção representa uma forma de legitimação e de garantia de acesso à parentalidade por casais homoafetivos. Acerca disso, cabe salientar que a constituição dessa nova organização familiar que ainda representa no meio social muitos estereótipos negativos, poderá servir de um novo paradigma para amenizar a visão distorcida do processo de desenvolvimento das crianças adotadas por casais homoafetivos masculinos.

A adoção de crianças que não fazem parte do perfil almejado pela maioria dos pretendentes faz com que negros, crianças mais velhas e deficientes sejam incluídas e tenham seus direitos de pertencer a uma família garantidos. Assim como os homossexuais sofrem inúmeros preconceitos e rejeições por conta da sexualidade, essas crianças também vivenciam diariamente rejeições e preconceitos que contribuem para uma maior exclusão e negação de seu direito básico de pertencer a uma família.

Esse estudo poderá contribuir para desconstrução de estereótipos que contribuem para o não reconhecimento de novas formas de família, pois a família contemporânea apresenta a sua constituição fundada, sobretudo nos laços de afeto. Durante a construção do estudo verificou-se que é necessário à publicação de mais estudos referentes à temática da homoparentalidade, pois as publicações são escassas. Sendo assim, considera-se que novos estudos na área da Psicologia poderão contribuir para uma maior compreensão dessa temática na contemporaneidade.

Referências

- Baranoski, M.C.R (2016). *A adoção em relações homoafetivas*. 2 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 206 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em : 11 set. 2018.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. 4.ed. Lisboa, PO: Edições 70.

Cecarelli, P.R. (2002). Configurações Edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 15(161), 88-98.

Cecarelli, P.R. (2006). As repercussões das novas organizações familiares nas relações de gênero. *Cronos*, 7(2), 321-326.

Dantas, F.S.S & Ferreira, S.P.A. (2015). Adoção Tardia: Produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. *Temas em Psicologia*, 23(3), 593- 606 .

Fernandes, C. K. (2016). *Declínio da função paterna ou deslocamento do pai. Reflexões acerca das mudanças histórico sociais e implicações no contexto familiar*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade regional do noroeste do estado do Rio Grande do sul, Ijuí, RS, Brasil.

Gato, J & Foutaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Revista Ex aequo*, 23, 83-89.

Freud, S. (2006). *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* In Freud S. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud- um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905), v. VIII, Rio de Janeiro: Imago.

Gil, A.C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

Guimarães, F.F.O. (2015). O Direito de Adoção por Casais Homoafetivos. Monografia bacharelado em Direito. Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, BSB, Brasil.

Machin, R. (2016). Homoparentalidade e Adoção: (Re) Afirmando Seu Lugar como Família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359.

Minayo, M.C.S (Orgs). (2001). *Pesquisa Social teoria, método e criatividade*. 18ed. Petrópolis: Vozes.

Passos, M.C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Revista Psic. Clin*, 17(2), 31-40.

Passos, M.C. (2007). *Funções materna e paterna nas famílias homoparentais in* Carneiro, T.F. Orgs. Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo,

Rosa, J.M; Boris, G.D.J.B; Melo, A.K; Santos, M.A. (2016). A construção dos papéis parentais em casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 36(1), 210-223.

Winnicott, D. W. *O brincar e a realidade*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1971/1975. pp.89-152.

Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: Pais/Mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Paulo Daniel da Silva Rolim – 70%

Janaína Pereira Pretto Carlesso – 30%